



REPORTAGEM

DEMOCRACIA

Com o patrocínio do governo, a desinformação na Eslováquia está a afetar pessoas, valores e instituições

Reportagem de **Sofia Craveiro**

Edição de **Tiago Sigorelho**

Design de **Frederico Pompeu**

Digital de **Inês Roque**

Comunicação de **Carolina Esteves** e **Margarida Marques**

16.02.2026



Ataques a jornalistas, descredibilização da comunicação social independente, propagação de informação falsa, desmantelamento de instituições culturais. A desinformação na Eslováquia está a crescer com o patrocínio dos responsáveis políticos, que trazem para o *mainstream* as narrativas das margens. Com ataques e mudanças legislativas feitas à medida, agudiza-se a polarização da sociedade que está a prejudicar a democracia e o sentimento europeísta.

Michal Kovačič é um dos pivôs mais famosos e respeitados na Eslováquia. Em junho de 2024, o então moderador do programa de debate '*Na telo*', exibido no maior canal comercial do país, *TV Markíza*, foi dispensado das suas funções. Alegadamente, o seu afastamento aconteceu como forma de retaliação pelas críticas e denúncias de pressões internas que o jornalista fez publicamente contra o canal e direção, durante a emissão do programa. "Neste momento, a Eslováquia está a debater-se contra a 'Orbánização' das nossas estações de TV. O futuro da emissora nacional RTVS [canal estatal] está ser debatido em público mas, na realidade, a luta está em todo o lado. Está a acontecer calma e silenciosamente", afirmou Michal Kovačič. O programa chegou a estar suspenso, mas voltou ao ar após algum tempo, com uma nova equipa.

Kovačič referia-se ao desmantelamento da televisão pública da Eslováquia, que estava a ser levado a cabo na altura. O primeiro-ministro, Robert Fico, alegou que a RTVS era tendenciosa e subjetiva. A acusação estava integrada numa narrativa falsa mais abrangente, alimentada pelos membros do governo, na qual se alegava que os media independentes foram moralmente responsáveis pelo ataque com arma de fogo de que Fico foi alvo, já que este aconteceu precisamente no dia em que teve início o debate parlamentar sobre o futuro da televisão pública. "Muitos de vocês semearam este ódio", afirmou Matúš Šutaj-Eštok, ministro do interior, referindo-se aos órgãos de comunicação social, numa conferência de imprensa. "Por vossa causa o quatro vezes primeiro-ministro Robert Fico, o estadista mais importante

da história moderna da Eslováquia, está neste momento a lutar pela vida”, afirmou, por sua vez, Lubos Blaha, vice-presidente do Parlamento e membro do SMER-SD.

O clima de animosidade contra os jornalistas foi ainda reforçado por vídeos que circulavam na internet onde, alegadamente, o atirador que disparou contra Fico afirmava ter sido motivado pelas mudanças que o governo pretendia implementar na RTVS.

Tudo isto foi utilizado por governantes para justificar o desmantelamento do canal público que, após cerca de dois meses de debate no parlamento – e sob forte contestação popular – foi aprovado. A RTVS foi, desta forma, transformada na Televisão e Rádio da Eslováquia (STVR), cuja linha editorial é agora controlada pelo governo.

Ataques ao jornalismo e à cultura

Os ataques de políticos e membros do governo a órgãos de comunicação e jornalistas não foram, contudo, algo que começou aqui. O partido SMER-SD, no poder, tem mantido uma relação tensa com a comunicação social desde o assassinato do jornalista do *Aktuality*, Ján Kuciak, e da sua noiva, Martina Kušnírová, em 2018. O acontecimento esteve na origem da demissão de Robert Fico do cargo de primeiro-ministro.

Após regressar ao poder, em 2023, Fico quase de imediato anunciou “ações” contra os meios de comunicação social que diz serem “liberais”, considerando-os “inimigos” e “indesejados no gabinete de governo”. Em fevereiro de 2024, o código penal foi alterado e foi dissolvido o Gabinete do Procurador Especial, que tinha a seu cargo a investigação do homicídio de Kuciak e Kušnírová. Tudo isto foi motivo de grandes protestos e manifestações na Eslováquia.

Robert Fico também ameaçou retirar fundos de publicidade aos meios mais críticos da sua atuação política, impediu determinados títulos de aceder a conferências de imprensa, além de frequentemente dirigir acusações infundadas e insultos aos jornalistas.

Os ataques levaram o The European Centre for Press and Media Freedom (ECPMF), organização sem fins lucrativos fundada em

2015 em Leipzig, na Alemanha, a alertar para o enfraquecimento das proteções legais dos órgãos de comunicação social e o reforço da hostilidade contra jornalistas. “Funcionários do governo e políticos na Eslováquia insultam e ameaçam regularmente jornalistas, criando um ambiente hostil que prejudica a confiança pública nos media e coloca em risco a segurança física dos profissionais”, lê-se no **comunicado** divulgado em dezembro de 2024 na página oficial da organização.

No texto são enumeradas situações concretas, como a **conferência de imprensa** realizada a 8 de outubro de 2024 em Brezno, na qual o primeiro-ministro Robert Fico acusou os jornalistas dos títulos *Denník N*, *Denník SME* e *Aktuality* de estarem “possuídos pelo demónio” e serem “cretinos sedentos de sangue”, responsabilizando-os novamente pelo ataque com armas de fogo de que foi alvo em 2024.

Perante este cenário, a Eslováquia desceu significativamente no Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa, divulgado pelos

Repórteres Sem Fronteiras. O país ocupava, em 2025, a 38ª posição, quando no ano anterior estava classificado em 29º lugar, num total de 180 países e territórios analisados. É a posição mais baixa obtida pela Eslováquia desde que vive em democracia. A título de exemplo: Portugal ocupa a 8ª posição e a Alemanha a 11ª.

Em simultâneo, o governo de Fico levou também a cabo um conjunto de reestruturações e alterações legislativas na área da cultura que se materializaram no afastamento de responsáveis de museus e centros performativos, incluindo os diretores do Teatro Nacional da Eslováquia e do Instituto de Política Cultural, que foram destituídos. Matej Drlicka, antigo diretor do Teatro Nacional, disse à agência *France Presse* que a ministra da cultura Martina Šimkovičová pretendia “criar uma era de medo, reintroduzir a era comunista dos anos 1970”.

“Algumas dessas instituições foram completamente destruídas. Em dois anos, quase danificaram toda a infraestrutura cultural. Foi realmente um ataque duro, muito duro e muito rápido às instituições culturais”, diz Monika Kompaníková, escritora e editora, que se mostra preocupada com o futuro. “Temo o que vai acontecer a seguir. Acho que vai demorar muito, muito tempo para restaurar o que eles danificaram. E não vejo quaisquer progressos”, lamenta.

Desinformação nos píncaros

Estes ataques ao jornalismo independente na Eslováquia são indissociáveis da disseminação de desinformação, problema que tem vindo a ganhar contornos cada vez mais preocupantes nos últimos anos. Este “ecossistema” começou a tomar forma no país em 2014 e diversificou-se desde então, mas foi só a partir de 2020 que foi encarado com seriedade, conforme é descrito no relatório *Disinformation Landscape in Slovakia*, publicado em setembro de 2023 pela organização sem fins lucrativos EU Disinfo Lab, que menciona a “infodemia” como algo indissociável da guerra na Ucrânia e da pandemia de covid-19.

Os atores políticos têm sido elementos-chave na disseminação de desinformação, “graças à sua visibilidade, à capacidade de atrair e envolver o público e de moldar discussões sobre temas sociais”, de acordo com a mesma fonte. **“Através dos políticos,**

as narrativas de desinformação entram na circulação *mainstream* da informação”, lê-se.

Veja-se o exemplo de Peter Kotlar, deputado do partido nacionalista de extrema-direita SNS – (Slovenská Národná Strana, Partido Nacional Eslovaco) que integra a coligação governamental – e médico ortopedista. Kotlar foi nomeado pelo governo para levar a cabo um inquérito sobre a gestão da pandemia de covid-19. Numa série de conferências de imprensa realizadas entre março e abril de 2025, apresentou as suas conclusões: as vacinas de mRNA são parte de uma conspiração global para alterar o ADN das pessoas, pelo que o seu uso deve ser proibido. “A integridade do património genético eslovaco foi comprometida”, declarou, sem quaisquer evidências científicas válidas.

“A[s empresas] Moderna e Pfizer transformaram as pessoas vacinadas em organismos geneticamente modificados, modificaram pessoas como milho, sem o seu conhecimento”, disse o responsável aos jornalistas, numa conferência de imprensa a 13 de março.

Mas como chegámos até aqui?

Deslocámo-nos a um café pitoresco da capital eslovaca, perto do emblemático Michalská Brána (Portão de São Miguel), para um encontro com o jornalista Victor Breiner, fundador da plataforma *Infosecurity*, que ali nos relatou a sua visão sobre a génese do problema.

“Eu estava em Kiev [Ucrânia] durante o [massacre] de Maidan [em 2014], quando *snipers* russos – sabemos hoje que eram russos – mataram cerca de 110 pessoas [durante protestos contra o governo pró-russo de Viktor Yanukovich, primeiro-ministro da Ucrânia na altura]. Passei aproximadamente um mês, a andar cerca de 16 horas por dia pelo meu pé, a falar com pessoas” que se revoltaram contra o sucedido, relata o jornalista, que à época trabalhava como *freelancer* para uma série de títulos alemães.

**Jornalista Victor Breiner, à esquerda, e o Portão de São Miguel,
Bratislava, à direita**

Algumas semanas depois, transferiu-se para a região do Donbass, onde encontrou populações sem qualquer acesso aos grandes meios de comunicação ucranianos. “Eles tinham sido alimentados pela televisão estatal e mídia russos durante seis a oito meses e mudaram a sua posição completamente”, relata o jornalista especialista na área de segurança, que também já desempenhou funções como consultor e diretor de departamento no Ministério da Defesa da República Eslovaca.

A população a que o jornalista se refere vive junto à fronteira com a Rússia, integrando um grupo minoritário russo. “Continuam a ser cidadãos ucranianos”, ressalva. “Mas vi estas pessoas acreditarem genuinamente que havia um complô fascista em Kiev e que os avós dos nazis alemães voltaram para terminar o trabalho que não conseguiram concluir há oitenta anos.” O contraste com os manifestantes de Maidan era evidente.

Esta experiência no terreno levou o jornalista a ver com outros olhos os efeitos da desinformação russa, cuja teia se alarga a diferentes países da Europa Central e de Leste, com particular incidência na Eslováquia, um dos maiores alvos das ameaças híbridas do Kremlin, segundo o relatório *Russian Embassy in the Slovak information Space – Case study of narratives and networks from 2024*, do think-tank GLOBSEC.

De acordo com a fonte, as “operações de influência russas” integram uma estratégia ampla de remodelação de percepções para reduzir o apoio à Ucrânia e criar divisões na sociedade europeia. O resultado, no caso da Eslováquia, é uma diminuição da percepção da Rússia como ameaça à segurança nacional, que passou de 69% para 49% em 2024, segundo o referido documento. “Além disso, apenas 41% dos inquiridos eslovacos culpam a Rússia pela guerra na Ucrânia, a percentagem mais baixa entre os países da Europa Central e de Leste. Entretanto, 51% atribuem a responsabilidade à Ucrânia – devido à alegada opressão das populações russófonas – ou à provocação ocidental, sublinhando o sucesso das narrativas apoiadas pelo Kremlin em distorcer a realidade e semear confusão”.

Nostalgia e polarização

Vale a pena fazer uma pausa para um breve enquadramento histórico e social.

A proximidade com a Rússia de Putin *versus* a pertença à União Europeia – e, conseqüentemente, a adesão aos valores ditos “ocidentais”, de promoção da diversidade e inclusão – é uma das questões mais complexas e polarizadoras da sociedade eslovaca.

Em parte, isso explica-se com a atribulada História desta nação. No século XX a Eslováquia passou do domínio nazi – concretizado por meio do governo fantoche do sacerdote Jozef Tiso –, para o comunismo da URSS, ficando do lado oriental da Cortina de Ferro, quando a Europa foi dividida após a Segunda Guerra Mundial. Tudo isto aconteceu enquanto as fronteiras eram partilhadas com a atual República Checa.

A Tchecoslováquia foi formada após a queda do Império Austro-Húngaro e durou entre 1918 e 1992. Ainda hoje os dois estados se consideram “irmãos” e a boa percepção que é tida pelos

eslovacos em relação aos checos nota-se em qualquer conversa com os habitantes locais, embora existam muitas diferenças nos indicadores económicos e de qualidade de vida.

Monumento que celebra a união entre a República Checa e a Eslováquia, realizada a 28 de outubro de 1918. A data ainda é assinalada nos dois países com uma pequena cerimónia, sendo colocadas de flores por responsáveis políticos.

Um dos aspetos que vale a pena frisar, é que, para uma parte significativa da população eslovaca o domínio comunista foi sinónimo de desenvolvimento urbano e industrial. “Algumas pessoas com quem falei pessoalmente [afirmam] que se não fosse o socialismo ou o comunismo não teríamos estradas, hospitais e etc”, conta-nos o guia turístico Jakub Hanzel, enquanto nos mostra alguns exemplos de construções comunistas que permanecem de pé na cidade de Bratislava.

De facto, persistem na Eslováquia sentimentos positivos em relação à Rússia, conforme descrito no já citado relatório ***Disinformation Landscape in Slovakia***, da EU DisinfoLab. “[Estes] estão ligados à ideia de pan-eslavismo e aprofundam a vulnerabilidade à propaganda russa, em relação à guerra na

Ucrânia, país vizinho da Eslováquia. A situação é também explorada pela Embaixada da Rússia na Eslováquia, que é extremamente ativa em operações de informação e influência”, diz a mesma fonte.

Esta nostalgia faz com que um terço dos eslovacos (33%) acredite que a sua vida seria melhor em contexto comunista, de acordo com uma sondagem publicada em novembro de 2025 pela Focus Agency (FOCUS – Center for Social and Market Analysis). A mesma fonte – que realizou a pesquisa entre 13 e 21 de outubro com uma amostra de 1.028 inquiridos –, indica que, no caso dos eleitores do partido SMER-SD, no poder, a percentagem ascende a 55%. Já os eleitores dos partidos progressistas e da oposição – PS, SaS, KDH, Hnutia Slovensko e Demokrati – pensam, na sua maioria, o contrário, ou seja, a vida sob o comunismo seria pior.

Existem ainda diferenças geracionais. No caso dos jovens até aos 24 anos, apenas 7% diz preferir o comunismo. Já no seio de pessoas com mais de 65 anos, a percentagem é de 48%. Este paradigma serve de pano de fundo a uma parte significativa da desinformação que é disseminada no país atualmente.

Um exemplo: no final de 2025, foi difundida através das redes sociais a ideia de que, durante o regime comunista soviético, a carne vendida na Eslováquia era de melhor qualidade, em comparação com a suposta “carne aguada” à venda hoje em dia. Esta informação é, obviamente, falsa já que, “os alimentos na década de 1980 frequentemente continham metais pesados ou produtos químicos, e parte da carne provinha de animais que não passariam na inspeção atual. A carne de hoje é, na verdade, mais segura, mais rigorosamente controlada e sujeita a padrões europeus”, lê-se num [artigo](#) publicado no site [Demagog.sk](#), que se dedica ao *fact-checking* de afirmações políticas e ideias falsas propagadas no contexto digital.

A principal consequência disto é a polarização da sociedade, particularmente no que toca a questões relacionadas com valores que estão na base do projeto comunitário europeu. Esta é a conclusão retirada de mais de uma dezena de entrevistas a jornalistas, ativistas e investigadores do país, realizadas *online* e durante a nossa estadia de sete dias em Bratislava.

Para Domician Zahorjan, analista de segurança do NEST Institute (instituto para Novas Ameaças de Segurança), isso vê-se também pelos resultados eleitorais, sem maiorias claras para nenhum partido, e pelos inquéritos de opinião. O nível de desinformação que é patrocinada pelos políticos seria, na opinião do especialista, motivo de grande polémica noutros países, mas na Eslováquia é algo quase normalizado, precisamente devido à

polarização que vigora. “O facto de [a desinformação] se ter tornado uma política do governo, ou pelo menos de ser disseminada por elementos de topo, que propagam estas ideias e partilham as narrativas [falsas], está a torná-las *mainstream*”.

Katarína Klingová concorda: “Ao longo dos anos, essas narrativas de desinformação polarizadoras tornaram-se centrais, ou seja, foram popularizadas e tornaram-se o núcleo do discurso político”, afirma a investigadora principal (senior research fellow) no Globesec Policy Institute, em Bratislava. **“Já não é preciso procurar essas narrativas e teorias da conspiração [em sites obscuros], basta ligar a televisão e elas estão lá”** acrescenta.

Ambiguidade política

Para o cientista político Pavol Babos, a disseminação de desinformação por parte de Robert Fico e restantes membros do executivo é uma estratégia política adaptada ao contexto vigente. Um exemplo concreto é a posição do atual primeiro-ministro eslovaco relativamente à vacinação: em 2020 e 2021 Robert Fico foi um forte crítico da vacinação contra a covid-19. Apesar da comprovada eficácia das vacinas de mRNA no controlo da pandemia, Fico teceu duras críticas ao governo de então pelo facto de seguir as recomendações da UE e da Organização Mundial de Saúde. Fê-lo porque estava na oposição, acredita o especialista.

“Ele tinha de usar todas as oportunidades para enfraquecer o governo e, como o grande tópico era a covid-19 e o governo estava a agir de forma responsável, juntando-se a outros países europeus na estratégia de vacinação, Fico tinha de assumir a posição contrária por razões políticas”, diz. “Estou convencido que, se ele fosse primeiro-ministro nessa altura, apoiaria a vacinação”.

No bar do edifício principal da Universidade Comenius, imponente construção arredondada na esquina da Praça Šafárikovo, centro de Bratislava, o professor de ciência política resumiu-nos o percurso político do atual primeiro-ministro, destacando a forma como quase inverteu as suas posições políticas para regressar ao poder.

Ainda que o seu partido, SMER-SD, se posicione como esquerda ou centro-esquerda, as posições conservadoras e nacionalistas adoptadas nos últimos anos são comuns à extrema-direita, de tal

forma que o partido foi **expulso do grupo socialista do Parlamento Europeu** (PE), por violar os princípios do mesmo. “É difícil de compreender porque estas ideologias não têm limites rígidos. Depois, Fico e o seu partido nunca foram estritamente ideológicos. O que eles sempre quiseram foi ganhar tanto poder quanto possível”, afirma Pavol Babos, enquanto mexe o café.

Cientista político Pavol Babos, à esquerda, e a Universidade Comenius, Bratislava, à direita

Assim, “quando começaram, queriam brincar com a ideia de ser liberais, queriam algo parecido com a Terceira Via, inspirada por Tony Blair. Isso não funcionou na Eslováquia, portanto ele esperou e basicamente transferiu-se para a social-democracia, mas até aí ele tinha alguns problemas, [nomeadamente] no PE, ainda antes de 2010. Ele promoveu políticas públicas que eram basicamente sociais-democratas, mas mais num sentido rural-industrial, não no sentido moderno, da social-democracia do século XXI”.

Tal significa que embora defendesse os direitos dos trabalhadores industriais, nunca foi defensor dos direitos das minorias, de medidas de proteção do ambiente, nem sequer dos direitos das mulheres, por exemplo. Daí que o investigador esteja reticente em falar numa contradição total, embora reconheça a existência de ambiguidades e incoerências, como o facto de o SMER-SD assinalar o Dia da Mulher mas, simultaneamente, cultivar um discurso misógeno.

As contradições não se ficam por aqui, já que Robert Fico é incoerente também quanto à sua posição face à UE. “É um governo populista, pode dizer-se, e há uma grande diferença entre o que é dito ao nível das instituições europeias e o que é dito a nível nacional”, explica Domician Zahorjan, analista de segurança do NEST Institute.

O especialista refere que embora Robert Fico afirme respeitar todas as geografias e ter uma política orientada para boas relações com os diferentes países e regiões do globo, as suas visitas de estado e posições públicas mostram o favorecimento da Rússia.

Importância do *fact-checking*

A menos de 900 metros de distância da Universidade Comenius, após uma brevíssima viagem de elétrico vermelho pela emblemática Rua Štúrova, que liga a Cidade Velha ao Rio Danúbio, chegámos à redação do *Demagog*. Naquele andar do prédio envidraçado vivem diferentes organizações, espalhadas por salas que se confundem por via de um largo corredor comum. A equipa que se dedica ao *fact-checking* – numa lógica semelhante ao jornal *Polígrafo* português – é apenas uma delas.

Fundado em 2010, o **Demagog.sk** dedicava-se inicialmente apenas ao *fact-checking* político, com especial foco nas afirmações dos eleitos. Nessa altura, embora os políticos pudessem fazer afirmações falsas ou enganadoras, não disseminavam desinformação de forma intencional conforme acontece hoje, acreditam os jornalistas. Daí que o seu trabalho se tenha tornado mais difícil, pois “demora mais tempo a desmentir do que a dizer”, explica Veronika Frankovská, coordenadora do colectivo.

A verificação de factos tornou-se mais complexa não apenas pelo aumento das afirmações falsas ou enganadoras, mas

também porque o escrutínio jornalístico feito em programas de debate político nas televisões perdeu força. “Nos últimos anos os políticos começaram a criticar os canais e os programas, assim como alguns jornalistas em específico, e começaram a recusar-se a participar”, relata Veronika. O debate político ficou mais pobre. Os jornalistas foram alvo de pressões e, em alguns casos, foram mesmo afastados e substituídos, como é o caso de Michal Kovačič, descrito no início desta reportagem.

Redação da Demagog.sk

Ao comentar este assunto, os jornalistas da *Demagog* são unânimes: os debates perderam qualidade e os políticos beneficiam de tempo de antena com menos questionamento por parte dos moderadores, menos críticos e contundentes nas perguntas. Os políticos têm agora a vida facilitada, pois enfrentam menos escrutínio nos debates televisivos. “Num sentido, vemos como ainda mais importante olhar para o que dizem [e fazer o trabalho de *fact-checking*] quando eles têm um período ininterrupto de tempo para, por vezes, repetir narrativas

da propaganda russa cuja falsidade foi provada pelos principais jornais vezes sem conta”, explica Veronika Frankovská.

Desinformação alimenta o ódio

As narrativas falsas disseminadas na Eslováquia são um dos fatores que contribui para alimentar o ódio contra grupos minoritários. O caso do assassinato dos jovens não-binaries Matúš Horváth e Juraj Vankulič é um trágico exemplo disso mesmo.

Amigues, de 23 e 26 anos, respetivamente, tinham em comum o interesse pela cultura asiática. Matúš estava em Bratislava para estudar mandarim. Juraj era *visual merchandiser*, apreciava anime, K-Pop e dança. Assim que se sentaram a beber limonada no banco de rua junto ao bar Tepláreň, no centro da capital eslovaca, um jovem de 19 anos, Juraj Krajčík, aproximou-se deles e disparou vários tiros com uma pistola de calibre 45. Fugiu depois, de arma na mão.

Horas mais tarde foi encontrado pela polícia num parque perto da sua casa, já sem vida. Na mesma noite tinha publicado uma fotografia sua no Twitter, com a legenda “*have a last selfie*”. As autoridades concluíram que cometeu suicídio.

Nessa tarde de 12 de outubro de 2022, Krajčák tinha divulgado *online* um manifesto antissemita e de apologia à supremacia branca de 65 páginas, no qual assumia a sua vontade de executar ataques contra diferentes grupos minoritários. De acordo com testemunhas oculares, o atirador esteve cerca de 30 minutos a observar, de longe, as movimentações no bar LGBTQI+ da Rua Zámocká antes de atirar. Matúš e Juraj, jovens não-binários, estavam no local errado à hora errada e tornaram-se vítimas mortais do seu ódio. Uma rapariga, trabalhadora do bar, também ficou ferida pelos disparos, mas sobreviveu.

De acordo com um artigo publicado na plataforma de jornalismo de investigação *Balkan Insight*, o jovem estudante era filho de um elemento do partido Vlasť (Pátria), de extrema-direita – que não conseguiu representação no parlamento após as legislativas de 2020 –, com uma forte retórica LGBTQIfóbica e que apelidava os membros da comunidade de “doentes”, “decadentes” e “pervertidos”. A arma que utilizou era do pai, que tinha várias guardadas em casa.

Após o ataque, gerou-se uma onda de comoção nacional na Eslováquia. Cerca de 20 mil pessoas juntaram-se dois dias depois numa vigília, junto ao bar de Bratislava onde tudo aconteceu. Foram organizadas marchas e mobilizações noutras cidades. A Presidente da República Zuzana Caputova escreveu no Facebook que o assassinato foi o resultado de “declarações estúpidas e irresponsáveis de políticos”. **“Nós, políticos, somos responsáveis por cada palavra que pronunciamos, mas muitos aqui imprudentemente preenchem o espaço com ódio”**, afirmou.

Também o primeiro-ministro Eduard Heger frisou que “nenhuma forma de supremacia branca, racismo e extremismo contra as comunidades, incluindo a LGBTQIA+, pode ser tolerada.” Não obstante, antes das eleições de 2020, integrou o grupo informal Candidatos Cristãos que, entre outras coisas, defendia que as uniões civis não deviam ser permitidas entre pessoas LGBTQI+.

Para o ativista Peter Weisenbacher, a polémica foi efémera e infrutífera. Em entrevista ao Gerador, numa tarde chuvosa e fria de outubro, abrigados no pequeno escritório que serve de sede

ao Human Rights Institute, em Bratislava, organização que dirige e co-fundou em 2011, explicou como a onda de comoção após os assassinatos em Bratislava foi breve e até isso acabou por ser cortado com desinformação. Rapidamente se espalhou uma narrativa falsa sobre o assassino, que se dizia ser um antigo namorado de uma das vítimas, sendo o duplo homicídio perpetrado por motivos passionais. “É obviamente falso, mas uma parte da sociedade acredita”, o que contribuiu para uma desvalorização da tragédia, na visão do ativista.

O aproveitamento político da desinformação LGBTQIfóbica também “não mudou”, diz Peter Weisenbacher, que acredita até ter aumentado. “A parte mais triste de tudo isto, é que não é, de todo, o reflexo da sociedade [eslovaca]”, que acredita não ser contra a comunidade, mas antes muito manipulável.

Ativista de longa data, Peter Weisenbacher considera que o seu trabalho tem sido “definitivamente” afetado pela disseminação de desinformação, um problema crescente no país que, segundo explica, não é novo. “Começou de forma discreta, em sites de franja, no Facebook e similares. Depois avançou para grupos cristãos de extrema-direita, depois grupos cristãos de direita, ligados à política e a políticos”, que dizem ser contra a dita “ideologia de género”. Os comentários depreciativos sobre a comunidade LGBTQI+ tornaram-se comuns a diferentes elementos do espectro político. “Passou para o *mainstream* e, agora...”, lamenta.

Os resultados estão à vista: menos de três anos após o ataque em Bratislava, em setembro de 2025 foi aprovada uma emenda à Constituição da Eslováquia para que apenas sejam legalmente reconhecidos dois géneros “biologicamente determinados”, sendo o casamento considerado uma união entre homem cis e uma mulher cis. A UE abriu um processo de infração, já que, desrespeitando a lei comunitária, o país assume-se soberano em matérias de “identidade nacional”, “saúde”, “ciência”, “educação” e “estado civil”.

Ativista Peter Weisenbacher, Human Rights Institute, Bratislava

Contexto internacional

Numa visão mais abrangente, a nível europeu, é reconhecido que a desinformação está presente nos diferentes países, embora com níveis de incidência distintos.

Alexandre Alaphilippe, diretor do EU DisinfoLab, afirma que não é possível identificar um único país como sendo o caso mais grave, já que todos revelam os impactos de diferentes maneiras. “Acho que todos são vulneráveis. Basta encontrar o ponto certo”, explica, em entrevista ao Gerador. “Portanto, não é uma questão de vulnerabilidade [*per se*]. Pode haver mais resiliência nuns do que noutros.”

“Por vezes, os países que estão mais protegidos podem ser os mais vulneráveis a um tipo específico de narrativa em determinado momento”, acrescenta o especialista. “Por exemplo, a Finlândia é muito boa em literacia mediática, a França neste momento é muito boa a expor este tipo de operações [externas], mas não há um país que reúna tudo isto e seja o modelo para toda a gente”.

Além disso, na visão de Alexandre Alaphilippe, a preocupação maior não se prende com a disseminação de desinformação por parte de países como a Rússia, que diz sempre o terem feito, mas antes o facto de as plataformas *online* permitirem que as narrativas falsas penetrem o debate público. “Sem este tipo de

amplificação, incentivo e complexificação isso não aconteceria, ou aconteceria muito menos”, frisa. “Portanto, é mais uma questão de como a desinformação está a ser promovida por um sistema *online* que atualmente remunera esse tipo de conteúdo, tanto política como financeiramente, mais do que o conteúdo em si a ser produzido”.

Alexandre Alaphilippe: “Mentir e espalhar desinformação já não é penalizado nas eleições”

A desinformação tornou-se um problema crescente nos vários países pertencentes à União Europeia, imiscuindo-se nas democracias e corroendo a coesão do projeto comunitário. Clica no botão para ler a entrevista ao diretor executivo da organização sem fins lucrativos, EU DisinfoLab.

LÊ AQUI

Sendo a desinformação um problema com esta abrangência, é possível identificar pontos comuns entre a situação na Eslováquia e em Portugal?

Para já, os dois contextos não são sequer comparáveis, embora seja notório o agravamento do problema no nosso país, acredita João Canavilhas, investigador do LabCom – Laboratório de Comunicação da Universidade da Beira Interior (UBI) que tem vindo a estudar a disseminação de desinformação nas últimas campanhas eleitorais.

“Aquilo que nós verificamos nos últimos atos eleitorais é que há sempre um crescimento”, diz, referindo-se às eleições europeias de 2024 e às eleições legislativas de 2025, entre as quais foi registado um aumento de 160%. João Canavilhas rejeita alarmismos, já que inicialmente estavam registados apenas oito casos. “É um aumento que, percentualmente, é muito grande, mas em termos de unidades não é assim tanto”, frisa.

“Em Portugal, o que mais aparece são as sondagens falsas ou as sondagens feitas por empresas que não estão credenciadas para o fazer”, explica o investigador. Também são comuns notícias falsas publicadas por órgãos de comunicação doutrinários ou conteúdos que imitam o grafismo de órgãos de comunicação fidedignos, assim como os vídeos falsos ou descontextualizados.

As conclusões são o resultado de um estudo conduzido pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) em parceria com a UBI, no qual o investigador João Canavilhas teve um papel proeminente. Este estudo analisou sobretudo publicações de partidos políticos nas redes sociais.

O Gerador esteve na apresentação do referido relatório, intitulado **Desinformação nas Legislativas 2025: atividade dos partidos nas redes sociais** realizada durante o colóquio “Dinâmicas da Desinformação Política em Portugal: Media, Partidos e Redes Sociais”, em setembro de 2025, na Universidade da Beira Interior,

Covilhã. À margem da sessão, a presidente da ERC, Helena Sousa, explicou-nos que a entidade regula órgãos de comunicação, “não regula os partidos” podendo apenas analisar casos relacionados com jornais doutrinários ou falsas sondagens. A sua intervenção é, por isso, limitada. “Quando há limites à liberdade de informação, à liberdade de expressão, esses limites têm de ser muito bem ponderados”, disse a responsável. “Não compete à ERC dizer quais são os limites. Esses estão estabelecidos na lei, compete à ERC ponderar caso a caso, uma vez que nem todos os direitos podem ser exercidos na sua total amplitude”.

Um novo estudo do Labcom, já sobre as eleições presidenciais revelou que os conteúdos de desinformação tiveram mais de 8,3 milhões visualizações nas redes sociais na primeira volta, sendo o candidato André Ventura aquele que concentrou a maior percentagem, ou seja, 82,4%.

Apesar do aumento da desinformação propagada pelos partidos – com o Chega à cabeça –, João Canavilhas considera que a realidade portuguesa ainda está longe de países como a Eslováquia ou a Hungria, por exemplo, onde “os processos foram muito rápidos” e têm contornos diferentes, mas teme que o fenómeno comece a ganhar alguma aceleração.

“O que parece é haver aqui uma tendência – e agora nestas eleições estamos a verificar novamente isso – de ataque ao jornalismo”, na tentativa de descredibilizar “o maior inimigo da desinformação”.

“Ataca-se o jornalismo com coisas que são fáceis de confirmar que não são verdadeiras e fica tudo impávido e sereno”, lamenta João Canavilhas, que admite o agravamento do problema num futuro próximo.

Esta reportagem foi apoiada por uma bolsa de jornalismo atribuída no âmbito do projeto CLAD – Citizens and Libraries Against Disinformation, promovido pelo Goethe-Institut Portugal e Goethe-Institut Bratislava com financiamento da UE.

Plataforma independente de jornalismo, cultura e educação

SUBSCRIÇÃO

O GERADOR

POLÍTICA DE COOKIES

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

TERMOS & CONDIÇÕES



SITE POR GERADOR E JELLYINK © 2026 GERADOR.